

DEMARCAR, FISCALIZAR E EDUCAR: A BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT E O PLANO DE PROPAGANDA CONTRA O ANALFABETISMO

DEMARCATÉ, INSPECT AND EDUCATE: BIOPOLITICS IN FOUCAULT AND THE PROPAGANDA PLAN AGAINST ILLITERACY

DEMARCAR, INSPECCIONAR Y EDUCAR: LA BIOPOLÍTICA EN FOUCAULT Y EL PLAN DE PROPAGANDA CONTRA EL ANALFABETISMO

Laísa Fernanda Santos de Farias¹ 0000-0002-2025-1259

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil; nandafarias07@gmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo principal discutir como o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo em Parelhas conseguiu estabelecer a existência de uma Biopolítica, ou seja, como o aparelhamento do Estado a partir de suas fiscalizações, normas e regras, acabou se fazendo presente em Parelhas por meio de um plano educacional que tinha como seu objetivo principal não só tirar a população do analfabetismo, como também transformar os alunos que iriam ser alfabetizados em cidadãos republicanos. Neste sentido, resolvemos fazer um recorte de três documentações que discutem como ocorreram algumas atividades referentes ao 7 de setembro e ao 15 de novembro, bem como das respectivas fotografias que mostram como o evento aconteceu. Partindo da análise realizada, ficou clara a intenção da República que além de propor modelos de alfabetização, também implantou meios de controles nos estudantes a fim de formá-los enquanto cidadãos e mantenedores da lei.

Palavras-chave: alfabetização; biopolítica; educação; primeira república.

ABSTRACT:

The main objective of this article is to discuss how the Propaganda Plan Against Illiteracy in Parelhas managed to establish the existence of a Biopolitics, that is, how the state apparatus, based on its inspections, norms and rules, ended up being present in Parelhas through an educational plan whose main objective was not only to rid the population of illiteracy, but also to transform the students who were going to be literate into republican citizens. With this in mind, we decided to make a selection of three documents that discuss how some activities related to September 7 and November 15 took place, as well as the respective photographs that show how the event took place. Based on the analysis carried out, the Republic's intention became clear: in addition to proposing literacy models, it also implemented means of controlling students in order to train them as citizens and upholders of the law.

Keywords: literacy; biopolitics; education; first republic.

RESUMEN:

El objetivo principal de este artículo es discutir cómo el Plan de Propaganda contra el Analfabetismo en Parelhas consiguió establecer la existencia de una Biopolítica, es decir, cómo el aparato del Estado, a partir de sus inspecciones, normas y reglas, acabó estando presente en Parelhas a través de un plan educativo cuyo principal objetivo no era sólo librar a la población del analfabetismo, sino también transformar a los alumnos que iban a ser alfabetizados en ciudadanos republicanos. Teniendo esto en cuenta, decidimos hacer una selección de tres documentos que hablan de cómo se llevaron a cabo algunas de las actividades relacionadas con el 7 de septiembre y el 15 de noviembre, así como las respectivas fotografías que muestran cómo se desarrolló el evento. A partir del análisis realizado, quedó clara la intención de la República: además de proponer modelos de alfabetización, también implementó medios de control de los alumnos para formarlos como ciudadanos y defensores de la ley.

Palabras clave: alfabetización; biopolítica; educación; primera república.

Introdução

O coração de Paulo, ao contrário, era livre, deixava circular o sangue, como a felicidade. Os sentimentos republicanos, em que os princípios se entrecruzavam, viviam ali tão fortes e quentes, que mal deixavam ver o abatimento da outra gente sua. Ao fim do jantar, bebeu à República, mas calado, sem ostentação, apenas olhando para o teto, e levantando o copo um tantinho mais que de costume. Ninguém replicou por outro gesto ou palavra. (Machado de Assis, Esaú e Jacó, página 194).

“Sentimentos republicanos, em que os princípios se entrecruzavam”. Essa foi a maneira encontrada pelo escritor negro brasileiro, Machado de Assis, para definir o que a chegada da República causou em parte da população. Desta feita, assim como Paulo que, apesar de ter “bebido” à República durante o jantar ainda estava deambulando acerca da composição daquele líquido, os brasileiros também estavam envoltos em um processo de inserção e degustação de novas formas de sociabilidades, conjunturas políticas e, também, comportamentais.

Embora havendo a existência de uma população que, em sua maioria, não tivesse a mesma condição social que os personagens da obra Esaú e Jacó do já citado escritor Machado de Assis, e nem tampouco tivesse o mesmo nível de alfabetização e compreensão de mundo que Paulo tinha no momento em que ao refletiu acerca da chegada da República e tudo que ao personagem parecia novo e confuso, cabia agora aos novo regime de governo pensar em algumas estratégias que conseguissem fazer com que os antigos súditos passassem a seguir novas regras, condutas e modelos de ser um cidadão republicano.

Os princípios, citados ainda pelo autor, apareceu nesse contexto enquanto um direcionamento, um norte ou ainda uma maneira de o estado intervir na condução da vida e da formação do homem que até então era um súdito imperial e que agora passara a ser um cidadão republicano. E, que cidadão a República pretendeu formar?

Essa pergunta pode ser respondida quando observamos a utilização do espaço escolar nesse período enquanto um meio para a inserção de novos costumes sociais, bem como para a ampliação dos processos de alfabetização caros desde o início da instalação dos governos republicanos a partir das primeiras décadas do século XX. Logo, compreendemos que os modelos de ensinar foram usados em tempos e sociedades ao longo da escola, justamente no sentido de pensar na formação do homem a partir do que determinados governos queriam.

Depois de assumirem o poder, os governos republicanos tinham como um dos seus princípios basilares, instruir a população a partir das diretrizes advindas das transformações

ocorridas na Europa¹. Assim, naquilo que estava relacionado ao cotidiano das cidades, além da adaptação dos homens nos novos formatos industriais e econômicos que passaram a ocorrer no Brasil, “urgiu, “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas, e inseri-lo compulsória e firmemente no trânsito de pais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte” (Marins,1998, p.134).

Diante disso, esse trabalho analisa como as festividades do 7 de setembro, dia em que é celebrado a Independência do Brasil, bem como o dia 15 de novembro, data alusiva a Proclamação da República, conseguiu-se perceber a introjeção de modos de controle e normas pensados pelos governos para disciplinar os seus cidadãos.

Para fazermos essa análise, usamos como um aporte teórico principal o filósofo Michel Foucault em seu trabalho, O nascimento da biopolítica em Foucault: curso dado no Collège de France (1978-1979) e o capítulo do livro Vigiar e Punir (1975), intitulado de *corpo dóceis*, onde este intelectual discute tanto no primeiro quanto no segundo como a Biopolítica e a disciplinarização dos corpos transformam o ser, enquanto o seu aspecto biológico, em um objeto da política, controlado pelo estado, questão essa que não foge as discussões que serão realizadas ao longo do trabalho no que concerne realização de atividades educativas que tanto de maneira explícita quanto implícita inculcava modelos de comportamentos e modos a serem seguidos.

Neste sentido, para que haja uma melhor compreensão da relação do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, suas atividades festivas com os alunos que eram contemplados por esse projeto e a discussão realizada pela Filósofo Michel Foucault acerca da Biopolítica, resolvemos usar duas documentações sobre essas comemorações. A primeira delas está relacionada a um planejamento da sequência das atividades que iriam ocorrer nas datas comemorativas já apresentadas, já a segunda documentação são alguns registros dessas festividades onde serão analisadas a postura em que os alunos estavam aparelhados, suas vestimentas e o uso de símbolos nacionais como a bandeira. Por fim, também separamos um trecho acerca da fiscalização realizada nas atividades do plano, no sentido de compreender como os processos de governamentalidade também eram aplicados pelo viés da lei.

¹ Na virada do século XIX para oXX, a concepção de viés republicano passa a investir em um modelo de pensamento que tinha o intuito de colocar o Brasil e os seus cidadãos em paralelo com as transformações que também estavam ocorrendo na Europa, seja na organização das suas cidades, na arquitetura, educação e higienização de sua população. Assim, houve a implantação de um universo intelectual modernizante que buscou libertar o Brasil de sua herança rural e colonial.

Metodologia

A fim de fazermos uma análise bem detalhada dessa documentação, atrelado as observações de Foucault acerca de como o Estado, por meio dos processos de governanças, dividimos essa análise em duas partes. A primeira se encarregará de esclarecer o que foi o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, como o estado interveio na sua dinâmica de funcionamento e de fiscalização, bem como a sua estrutura. Já no segundo momento, analisaremos a documentação já citada fazendo uma relação com as observações feitas pelo filósofo Michel Foucault acerca dos processos de governamentalidade realizados por um governo dentro de suas forças jurídicas e institucionais.

Sem mais, a partir das fontes analisadas e da metodologia seguida, conseguimos compreender que o plano de alfabetização avaliado conseguiu não só transformar Parelhas em um município pedagógico, ou seja, conseguiu ter sua estrutura urbana e social alterada pelo viés educativo, como também se tornou um dos celeiros da fiscalização dos órgãos estaduais da educação que tinham como intuito principal mapear as matrículas e permanências dos discentes das escolas criadas na Primeira República.

Resultados e Discussões

A partir da documentação encontrada no Arquivo Municipal da cidade de Parelhas, esse plano tinha como sua principal proposta eliminar o problemado analfabetismo presente no município de Parelhas e criou uma série de artificios para que os seus objetivos fossem concretizados.

Desta forma, podemos dividir em três categorias a estrutura utilizada por esse projeto educativo no desenrolar do seu processo, são elas: as criações das Comissões Urbana, Rural e Central contra o analfabetismo que teve um importante papel para demarcar os sujeitos que foram alfabetizados, a criação das escolas e contratação de professores enquanto uma logística do plano propriamente dito assim como as atividades pedagógicas realizadas, e as instituições que passaram a fiscalizar o desenvolvimento desse plano.

A sua estrutura ao mesmo tempo em que era pensada e problematizada nas atas das reuniões de suas comissões, era também montada nas instalações das suas escolas rudimentares e toda a estrutura pedagógica, bem como a fiscalização dos discentes, pedidos de materiais escolares e, finalmente, a confecção dos relatórios enviados para Natal em que eram caracterizados os alunos e a assiduidade deles nas escolas do plano.

A educação era um caminho importante, pois não só estaria eliminando um mal como o analfabetismo que estava presente no país e no contexto espacial pesquisado, como também ajudou na transmissão de novos conhecimentos aos cidadãos, na internalização de novos valores, na composição e formação do caráter do habitante do município, a sua moralidade, além dos sentimentos patrióticos enquanto constituintes de uma identidade nacional. Deste modo:

Mergulhado em altas taxas de analfabetismo que beiravam os 80% no início do século XX, o Brasil necessitava ampliar o número de vagas nas escolas, contratar professores, diretores e construir escolas, criar um ministério voltado para a questão educacional e acionar intelectuais qualificados para erradicar uma das vergonhas nacionais: o analfabetismo (Buriti, 2004, p. 03).

Nesta perspectiva, a partir das observações feitas acima, compreendemos que a cidade de Parelhas, por meio do seu plano, não ficou de fora das necessidades educacionais da República em relação a educação e, a partir dos diálogos feitos com o Departamento de Educação e o de Estatística da capital norte rio-grandense, Natal, conseguiu criar um projeto educacional que englobou a contratação dos profissionais acima citados e conseguiu dialogar com os intelectuais que estavam presentes nessas instituições.

Logo, a montagem e o investimento de uma estrutura a fim de fazer do homem brasileiro referência aos símbolos pátrios, moderno e que ajudassem a construir uma sociedade aos moldes europeus, assim como os principais líderes republicanos haviam se inspirado, arquitetava-se ainda a uma nova imagem do homem sertanejo não mais aquela ligada à agricultura ou ao algodão que já estava em expansão no início dos anos de 1920, mas um homem estudado e atento às mudanças do seu tempo.

A lei municipal que corresponde à instalação deste plano educativo, relaciona-se ao artigo 18, letra b, da Lei de número 7, de 26 de setembro de 1928². Todavia, a expansão deste empreendimento se deu a partir do ano de 1929 quando ocorriam articulações e determinações relacionadas à ampliação da educação no município por meio da criação das Comissões Central, Urbana e Rural contra o analfabetismo, acompanhando também a expansão da educação a nível estadual.

Logo, todo este caminho não era algo gerenciado somente pela prefeitura municipal. A logística educacional imbuída desse ideal de expansão e modernização do sertão por meio da educação, vinha sendo instalada a partir de um processo de demarcação do espaço e dos

²A lei que possivelmente relaciona-se a criação do plano encontra-se nos arquivos da Prefeitura Municipal de Parelhas, nos livros de Portarias que correspondem aos anos de 1929 até 1930.

integrantes a serem alfabetizados, na fiscalização das aulas, bem como no acompanhamento regular dos discentes por intermédio do governodo Estado do Rio Grande do Norte.

Neste sentido, o trabalho em prol do fim do analfabetismo na sociedade parelhense foi estruturado pela atuação destas comissões e da aplicação dos recenseamentos feitos por elas. Outra questão que podemos destacar também, foram nomeações de professores e criações das Escolas Rudimentares que começaram a mudar as paisagens urbana e rural do município, além do próprio investimento público nas estruturas físicas e humanas em prol do funcionamento das escolas e da educação de forma geral.

O plano e a biopolítica de Foucault

A partir de uma vasta documentação distribuída em atas, decretos, leis, planejamento escolar, normas, trocas de telegramas e fotografias, decidimos neste trabalho fazer uma análise de uma festa cívica realizada em prol do dia 7 de setembro do ano de 1929, bem como a partir dos seus registros.

Assim, a escolha por essas festividades veio a partir da necessidade de observar como o Estado intervinha no currículo escolar que estava sendo trabalhado nas escolas do plano, bem como na forma como as crianças estavam organizadas durante as atividades alusivas a essas datas.

Logo, estes eventos que foram descritos em um pequeno planejamento e representado em pelo menos duas fotografias, acabou concentrando os estudantes que faziam parte das escolas criadas no plano, será aqui investigado por meio do conceito da Biopolítica do filósofo Michel Foucault pensando em como esse evento auxiliou na formação dos cidadãos republicanos e buscou atender as expectativas do estado para com a doutrinação dos corpos e mentes no que concerne aos anseios governamentais pensados pela República.

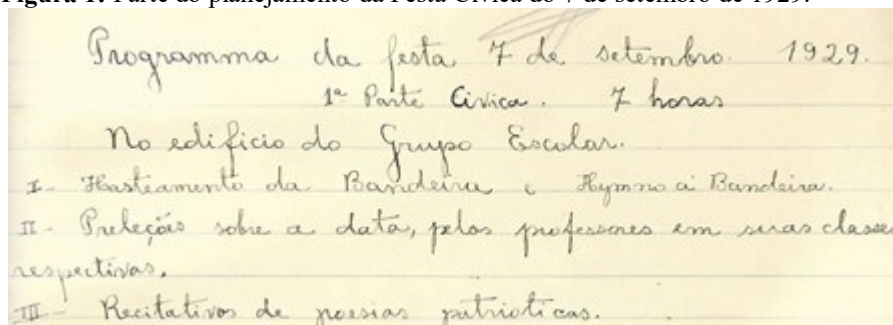
Antes de partirmos para a análise da documentação, é importante frisar que o conceito de Biopolítica apresentado por Foucault se constitui em uma forma de manifestação de poder por meio do controle do estado ao gerir a vida biológica e social dos indivíduos. Desta feita, ao analisarmos a documentação já exemplificada podemos compreender que algumas ações do plano que não estavam relacionadas necessariamente a sala de aula, mas que de alguma forma incentivavam os corpos a participar de um teatro que projetasse um ideal de cidadão republicano.

Além disso, ao analisarmos essa documentação podemos compreender que havia um currículo oculto, ou seja, que ao trabalhar o hino, símbolos como a bandeira, o próprio fardamento e a forma como as crianças deveriam estar dispostos para o desfile.

Entende-se que a governança pensada pelo estado estava sendo introduzida não só por meio de decretos, leis e portarias, mas também a partir de um aspecto sensível, ou seja, a ordem estava sendo estabelecida, e de maneira didática, a partir da poética republicana, dos seus artifícios simbólicos e do modelo de comportamento imbuídos desde as atividades trabalhadas em sala até mesmo no que era ensinado nas festividades que passaram a serem analisadas a partir de agora.

Mediante a isso, ao adentrarmos na documentação, temos a seguir parte da descrição de um planejamento de como seria essa festa voltada para o 7 de setembro contemplando a distribuição das atividades, seus participantes, bem como a sequência de cada uma delas, além dos registros desse momento. Com isso, temos inicialmente:

Figura 1: Parte do planejamento da Festa Cívica do 7 de setembro de 1929.



Fonte: Plano de Propaganda contra o Analfabetismo-Arquivo Municipal (1929).

Das três atividades que podemos observar acima, a que mais nos chama atenção são as atividades relativas as Recitativas de poesias patrióticas. Ao colocar os alunos para reproduzir perante os demais compreendemos que a jaculatória reproduzida também serviu para introduzir nos discentes o ordenamento que era necessário para que estes seguissem aquilo que a República queria ensinar.

Essa questão nos leva a uma das primeiras observações que escolhemos do filósofo Michel Foucault quando esse estudioso destaca que não adianta analisarmos o poder quando ele advém somente do seu centro, ou seja, do Estado, mas também a partir do inverso, isto é, o poder pode ser exercido numa rede de micropoderes que são articulados e que perpassam toda a estrutura social. Segundo esse filósofo:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (Foucault, 1979, p.182).

Ao observarmos essa reflexão feita pelo filósofo Michel Foucault, podemos fazer uma primeira relação que diz respeito ao fato de que, não precisou que houvesse no planejamento da apresentação desses alunos uma leitura de leis e códigos de condutas republicanas, mas sim o estado acabou usando por meio do seu artifício governamental a escola, aqui representada pelo plano, para repassar dispositivos e mecanismos de controle de uma maneira mais sensível.

Assim, o poder estava sendo constituído numa prática, ou seja, estava sendo utilizado enquanto um exercício, uma manobra em que seus efeitos possam ser enxergados enquanto numa maquinaria que não estava ligada ao seu centro, isto é, aos governos republicanos que estavam se instalando na capital da República.

Para além desse trecho, outra parte da documentação que também elencamos nesse trabalho são duas fotografias desse período em que corresponde a forma como os discentes se organizavam para desfilar durante a realização dessas festividades cívicas. Assim, apresentamos a seguir a turma do professor Simião Oliveira e da professora Izabel, onde nos foi possível observar desde a postura dos alunos, o carregamento da bandeira, bem como o próprio fardamento, vejamos:

Figura 2 - Turma do professor Simião de Oliveira Mello, em 1929.



Fonte: Arquivo particular do historiador local Tertuliano Pereira (1929).

Figura 3 – Turma da professora Izabel, em 1929.



Fonte: Arquivo particular do Senhor Tertuliano Pereira (1929).

Nos corpos, deparamo-nos com posturas e simbologias atreladas ao uso do fardamento e da bandeira, simbolizando o respeito e a admiração pela República. Nos estudantes, encontramos a busca pelo progresso e o desenvolvimento, abaixo, a terratida e a pouca estrutura. De um lado, professor e crianças com outra perspectiva de cidade, ao fundo, poucas casas e um cenário urbano que ainda carrega aspectos de um ambiente rural, mas que naquele momento estava presenciando novos ritos de sociabilidades vindos da educação.

Tudo isso remonta as discussões realizadas pelo filósofo Michel Foucault ao tratar da disciplinarização dos corpos nas instituições do estado em sua obra *Vigiar e Punir*. Para este estudioso, o estado cria artifícios sutis para a aplicação do seu poder onde:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (Foucault, 1987, p. 163).

A República, agindo por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, pretendeu formar os professores desse projeto educativo para que, em suas salas de aula, aplicassem posteriormente as normas e condutas disseminadas por ela não só na mente dos seus cidadãos, mas também nos corpos que deveriam corresponder a um novo tipo de padrão e comportamento.

Assim, a anatomia política citada por Foucault nada mais era do que o conteúdo trabalhado nas salas de aula do plano e que, ao ser inculcado na cabeça dos estudantes, posteriormente poderiam resultar em novos comportamentos e condutas sociais.

As mensagens de cunho moralizante e cívico foram disseminadas por meio de diversas formas pelas instituições escolares na Primeira República. Os símbolos patrióticos que se fizeram presentes no cotidiano escolar se distribuíam em festas cívicas, hino, bandeira e o brasão nacional que ao se dirigir a um público interno, ou seja, aos alunos das instituições

escolares, passaram a atingir de algum modo a sociedade como um todo. Desse modo, como discuti Dominique Julia em seu trabalho *A Cultura Escolar como Objeto Histórico (1995)*:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, 1995, p. 10).

Desse modo, essas foram práticas de vidas e espaços compartilhados por todos. E, dessas experiências, surgiram uma amplitude de visões e ideias que buscavam transformar pessoas em sujeitos e objetos desse processo, isto é, a escola tornou-se um laboratório para a República disseminar os seus ideais. Assim:

[...] ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos (Berman, 1986, p. 15).

Ao produzir uma máquina de controle que funcionava em uma esfera microscópica do comportamento, as instituições republicanas criaram mecanismos utilizados pelo Estado para gerenciar seus projetos. Logo, todo este caminho não era algo gerenciado somente pela prefeitura municipal.

A logística educacional imbuída desse ideal de expansão e modernização do sertão por meio da educação vinha sendo instalada a partir de um processo de demarcação do espaço e dos integrantes a serem alfabetizados, na fiscalização das aulas, bem como no acompanhamento regular dos alunos por intermédio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Com isso, neste momento é importante ficar claro que a função deste do Plano de propaganda contra o analfabetismo não foi só criar escolas e matricular alunos que eram analfabetos, mas proporcionar uma estrutura pedagógica que fizessem as suas engrenagens funcionarem. Por isso, a documentação do plano ainda nos permite perceber que houve a criação das Comissões Urbana, Rural e Central contra o Analfabetismo que estavam designadas a não só demarcar os sujeitos que deveriam ser alfabetizados, como fiscalizar se o aluno que estava matriculado na rede de ensino, estava realmente frequentando a escola.

O acontecimento como uma festa cívica na cidade era resultado de algo ainda maior. Os diálogos desse plano eram feitos com o Departamento de Educação de Natal onde, para essa instituição eram repassadas as informações necessárias para que o estado continuasse investindo na expansão da educação no interior do estado e conseqüentemente no próprio plano.

De maneira breve, podemos citar as vistorias que eram realizadas para demarcar as atividades do plano e que se transformaram em *estatísticas*, ou seja, em números de atuação e desenvolvimento do âmbito escolar no interior norte rio grandense. Um exemplo disso, encontra-se em trechos da documentação do plano em que foi possível encontrar um pedido de organização dos agentes de atuação do plano onde tínhamos:

Na coluna Localização escola, mencionar o lugar em que a escola funciona: se na sede do município ou em que povoação ou fazenda; na coluna Ensino deve ser mencionado se a escola é primária, secundária, profissional, etc; na coluna para que sexo se destina dizer si a escola é mixta, feminina ou masculina; na Nome dos professores pôr os nomes dos professores de cada escola; e na coluna Observações, no mapa municipal, registrar qualquer facto que interessa á escola [...] (Saudações cordiaes, Amphilóquio Câmara-Diretor Geral de Estatística, 1929,n.p).

Esses desdobramentos ocorridos no plano, se relaciona aquilo que Foucault chamou de *governamentabilidade*³, ou seja, quando as instituições de podem criam uma máquina de controle com várias peças de funcionamento que visam mapear as esferas microscópica do comportamento.

Ao analisarmos o pedido realizado pelo então diretor geral de estatística, Amphilóquio Câmara⁴, percebemos uma riqueza de detalhes quanto ao que estava sendo pedido sobre as informações das escolas e as características dos alunos que estavam frequentando-a. Além disso, não podemos deixar de destacar que os contatos da Prefeitura Municipal de Parelhas com os órgãos de estatística do estado do Rio Grande do norte acabou criando uma rede de atividades, controle e vistorias pedagógicas que estavam atreladas a um dispositivo de vigilância amplo.

Demonstrando uma ordem na distribuição das crianças, o plano de alguma forma queria expressar a ideia de que o estado brasileiro tinha a regulamentação da vida e que a ele as pessoas deveriam seguir para manter a ordem e o progresso. Para este filósofo, a intervenção disciplinadora estatal atuaria da seguinte forma:

De uma forma mais geral ainda, pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que

³O conceito de Governamentabilidade trabalhado pelo filósofo Michel Foucault em sua obra, *Segurança, Território e População* (1978), traz em suas reflexões o que ele chama de as Artes de Governar, ou seja, quando o estado cria estratégias para dirigir o povo e suas instituições. Assim, o conceito de governamentabilidade também faz parte dos processos de Biopolítica já que, de alguma forma ele traduz os parâmetros de controle que o estado quer alcançar de alguma forma.

⁴Amphilóquio Câmara era inspetor de educação do Rio Grande do Norte desde 1911 e tinha como uma das suas principais atividades visitar as escolas espalhadas pelo estado e consequentemente registrar e fazer relatórios estatísticos das suas visitas.

se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (Foucault, 1975, p. 302).

Diante disso, quando Florêncio Luciano, criador do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo pretendeu disseminar a educação no município de Parelhas, mensagens de cunho moralizantes passaram a ser usadas em situações como a que está descrita na fotografia. Não precisar fazer uma análise tão profunda para entender que, o fardamento e as filas dos alunos com o professor a sua frente, bem como a bandeira nacional são insights do princípio regulamentador ressaltado por Foucault anteriormente.

Atrelado a isso, o termo *propaganda* utilizado pelo projeto de educação outrora criado, carrega como a sua principal premissa a disseminação da educação que vem carregado de conceitos, diretrizes que estavam sendo impostas pela República.

Assim, nos corpos anteriormente representados pelas fotografias, acabamos nos deparando com uma postura e simbologia própria ao uso do fardamento e da bandeira, simbolizando o respeito e a admiração pela República. Logo, essas crianças tiveram a oportunidade de ter outra formação. Por morarem no Sertão do Seridó, estas poderiam não ser somente agricultores ou vaqueiros, mas sim novos corpos que, por meio da educação estariam iniciando um processo disciplinador que os levariam a servir a uma ideologia maior que não só ao processo de alfabetização de sua cidade, mas sim a um modelo de país que passou a ser disseminado por meio da educação.

Ao prezar a ordem por meio da instrução em não pela força e imposição, mas sim pela condução sutil da pessoa que é próprio das letras, o estado estava gerindo a vida do cidadão sem que ele percebesse. Logo, essa discussão nos encaminha para pensar que o plano interferiu de forma direta e indireta nas mudanças físicas, com a criação das escolas e toda a sua estrutura, bem como nas questões simbólicas desse processo que levou a população a desenvolver novas formas de sociabilidades.

Considerações finais

A partir do que foi discutido neste trabalho, pretendeu-se de mostrar como os artifícios governamentais de controle puderam ser exemplificados em acontecimentos históricos como o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo. Mesmo a alfabetização sendo o principal objetivo desse projeto educativo, por meio de sua expansão foi criada uma espécie de cartografia educacional que refletia os objetivos do estado e que acabou criando métodos de controle dos corpos e das mentes. Assim, analisá-lo a partir da Biopolítica do filósofo Michel

Foucault, nos permite um entendimento de como o Estado brasileiro e republicano inferiu de maneira direta nas transformações educacionais desse período.

Referências

BERMAN, M. (1986). **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras.

BURITI, Iranilson. **Há Va(r)gas na escola: o discurso higienista e a limpeza da infância escolar nos anos 30**. Disponível em: <https://snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/06-hist-cultural/Artigo%20de%20Iranilson%20Buriti.pdf>. Acesso em: 25 out 2024.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, pág. 9-43, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de março de 1976**. In: .Em defesa da sociedade. São Paulo: WMF, 2010, p. 201-222.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2018.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade nosurgimento das metrópoles brasileiras** In Sevckenko, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, vol.3, 1998.

SOBRE O/A(S) AUTOR/A(S)

Laísa Fernanda Santos de Farias. Graduação em História (Licenciatura) e Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História dos Sertões-CERES, Caicó-UFRN. É licenciada em Pedagogia pela UNOPAR-Universidade Norte do Paraná. doutoranda do Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4075872461257574>

Como referenciar

FARIAS, Laísa Fernanda Santos de. Demarcar, fiscalizar e educar: a biopolítica em Foucault e o plano de propaganda contra o analfabetismo. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, e15557, 2024. DOI: 10.22481/redupa.v3.15557.